

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

ÁDNA CAROLINE DOS SANTOS ALMEIDA

**O trabalho no SUAS para a garantia da Proteção Social Básica às
ruralidades: uma revisão sistemática da literatura**

**Santo Antônio de Jesus-Ba
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

ÁDNA CAROLINE DOS SANTOS ALMEIDA

**O trabalho no SUAS para a garantia da Proteção Social Básica às
ruralidades: uma revisão sistemática da literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, elaborado de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Apresentado para banca de defesa como requisito para obtenção do título de Bacharela em Psicologia, no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Luane Neves Santos

**Santo Antônio de Jesus-Ba
2023**

ÁDNA CAROLINE DOS SANTOS ALMEIDA

O trabalho no SUAS para a garantia da Proteção Social Básica às ruralidades: uma revisão sistemática da literatura

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para banca de defesa como requisito para obtenção do título de Bacharela em Psicologia, no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Luane Neves Santos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Professora Orientadora

Prof.^a Dra. Inayara Oliveira de Santana
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Dra. Maria da Graça Silveira Gomes da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Santo Antônio de Jesus-BA, 25 de outubro de 2023

O TRABALHO NO SUAS PARA A GARANTIA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS RURALIDADES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

The work in SUAS their to guarantee basic social protection for ruralites: a systematic review of the literature

Ádna Caroline dos Santos Almeida¹

Luane Neves Santos²

RESUMO

No Brasil, as ruralidades foram invisibilizadas por muito tempo, até mesmo nas ações da Política de Assistência Social. Este trabalho trata de uma revisão sistemática da literatura, que tem por objetivo analisar a produção acadêmica publicada nos últimos dez anos sobre a atuação das trabalhadoras nos CRAS RURAIS, identificando os alcances e os desafios vivenciados pelas trabalhadoras. Após a busca nas bases de dados Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO-Brasil) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), foram selecionados sete artigos científicos. Após a análise do conteúdo, os resultados apontaram que a invisibilidade das especificidades do rural se faz presente entre as trabalhadoras, e as equipes vivenciam situações de precarização do trabalho. Todavia, algumas estratégias vêm sendo adotadas para a oferta dos serviços e os marcos regulatórios destinados a atuação nestes contextos é uma potencialidade. Conclui-se que a efetivação da proteção social às ruralidades há de ser urgente, para tanto, é preciso pensar na melhoria das condições de trabalho e em práticas de Educação Permanente que discutam o cuidado territorializado.

Palavras-chave: Assistência Social. contextos rurais. Equipe Volante.

ABSTRACT

In Brazil, ruralities were made invisible for a long time, even in the actions of the Social Assistance Policy. This work deals with a systematic review of the literature, which aims to

¹ Bacharela em Saúde e graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Email: adnacarolinea@gmail.com

² Psicóloga e mestra em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Professora adjunta da UFRB. E-mail: luaneneves@ufrb.edu.br

analyze the academic production published in the last ten years on the performance of female workers in RURAL CRAS, identifying the scope and challenges experienced by female workers. After searching the Electronic Periodicals in Psychology (PePSIC), Scientific Electronic Library Online (SCIELO-Brasil) and Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) databases, seven scientific articles were selected. After content analysis, the results showed that the invisibility of rural specificities is present among workers, and teams experience situations of precarious work. However, some strategies have been adopted to offer services and regulatory frameworks aimed at operating in these contexts are potential. It is concluded that the implementation of social protection for rural areas must be urgent, therefore, it is necessary to think about improving working conditions and permanent education practices that discuss territorialized care.

Keywords: social assistance. rural contexts. Equipe Volante³.

Introdução

Historicamente, a Assistência Social no Brasil é marcada pela filantropia, caridade e primeiro-damismo (Cordeiro, 2018). É a partir da Constituição Cidadã, que traz em seu Art. 194, o sistema de seguridade social, no qual são assegurados os direitos à Saúde, Assistência Social e Previdência Social, enquanto iniciativa dos Poderes Públicos e de toda a sociedade (Brasil, 1988), que passou a ser, legalmente, um direito, avançando do campo do assistencialismo para a constituição de uma política pública específica.

Todavia, entre a garantia por lei e a efetivação prática, há muitas lacunas. No ano de 1993 foi aprovada a Lei nº 8742, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que caracteriza a Assistência Social como um “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Brasil, 1993, art. 1º).

Considerando a prática, a necessidade de normatização é atendida com a criação, em 2004, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que defende a garantia a segurança de sobrevivência, a segurança de acolhida, a manifestação de necessidades e interesses, o fortalecimento de vínculos sociais e o fornecimento de orientações e acesso aos direitos socioassistenciais (Brasil, 2004). A PNAS, juntamente com a IV Conferência

³ Não há tradução exata na língua inglesa. Por se tratar de uma implantação na Política de Assistência Social brasileira, o termo original foi preservado.

Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, motivaram o surgimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005.

O SUAS é um sistema de gestão pública, não contributivo, descentralizado e participativo, organizado em serviços, projetos e programas dos níveis de Proteção Básica e Especial, ofertados para quem dele precisar. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais apresenta que a Proteção Social Básica prioriza o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades e a prevenção de situações de riscos (pessoais e sociais) para as populações vulnerabilizadas. Os serviços ocorrem no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), os três principais são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Enquanto a Proteção Social Especial atua nas situações de violação de direitos e fragilização dos vínculos sociais (Brasil, 2009).

A Assistência Social avançou significativamente no Brasil, o que não elimina os desafios a serem superados. No que diz respeito às ações e serviços voltados para as ruralidades, nos documentos regulatórios, as especificidades destas populações só são mencionadas de forma breve e insuficiente para orientar a atenção às demandas específicas (Brasil, 1988; 1993; 2004). Esta invisibilidade ocorre em várias políticas públicas, o que acaba refletindo na qualidade e acesso aos serviços básicos de Assistência Social, saúde, educação, saneamento básico, entre outros (Rolim, 2021).

Nunes e Scherer (2020), apresentam um conceito denominado invisibilidade do rural, para refletir que o urbano sempre ocupou o protagonismo nas políticas públicas e na produção científica. Também, muitas vezes, estas populações são tidas como “atrasadas” ou desprovidas de conhecimento, justificativas equivocadas e que fomentam a negação de direitos para as ruralidades.

De antemão, é indispensável afirmar que refletir sobre os povos que vivem em contextos rurais vai além de considerar questões geográficas, remetendo a diversas realidades culturais, econômicas, modos de viver, (re)existir e produzir (Correia; Gonçalves, 2014). Por isso, a literatura tem adotado o conceito de ruralidades para representar toda a diversidade de grupos residentes na zona rural (Lopes; Ferreira; Friedrich, 2018). Ainda que tratadas quase sempre pelo viés da negação de direitos, é certo afirmar que passividade, desinformação e submissão não representam as ruralidades, visto que movimentos de lutas e resistências sempre se fizeram presentes, como a revolta da

farroupilha, a luta pela demarcação de terra indígena, o movimento dos trabalhadores sem terras, a resistência das comunidades ribeirinhas e quilombolas, ou a luta dos agricultores familiares pelo direito de plantar, colher e pela reforma agrária. Com isso, o termo ruralidades foi adotado no decorrer da escrita.

Analisando o contexto histórico do Brasil, é possível identificar a desigualdade social nos contextos rurais como um pilar para a constituição da sociedade. Desde a época do Brasil Colônia, a realidade no campo foi marcada pela concentração de terras por uma minoria, exploração de mão de obra escravizada e acesso desigual aos alimentos e serviços. Fatores que repercutiram na dualidade riqueza-pobreza, pertencentes ao desenvolvimento econômico e social do país e ao processo constante de vulnerabilização da classe trabalhadora e mais pobre. Acontecimentos como o marcante êxodo rural no século XX, e a criação das políticas públicas para os trabalhadores brasileiros na Era Vargas, sem englobar os trabalhadores rurais, continuaram a incentivar a existência dessa desigualdade (Correia; Gonçalves, 2014).

Atualmente, segundo dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), os povos dos contextos rurais são uns dos mais atingidos pela insegurança alimentar: aproximadamente 2.384 domicílios localizados em áreas rurais das cinco regiões do Brasil, quando comparados com os dados da população urbana, 60% enfrentam a insegurança alimentar e 18,6%, convivem com a fome cotidianamente, o que implica numa violação dos direitos humanos (Rede Penssan, 2022).

Na tentativa de expandir a oferta dos serviços socioassistenciais para populações residentes em localidades com baixa densidade demográfica e/ou dispersão populacional, como é o caso das zonas rurais, o Ministério de Assistência Social e Combate à Fome, lançou em 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que amparada no Plano Brasil Sem Miséria, motivou a criação da Equipe Volante e do CRAS Itinerante (Brasil, 2009; 2011a).

É importante reconhecer que a Equipe Volante não surge para anular o CRAS nos territórios em que há vulnerabilização. Ao contrário, cabe complementar as ações da equipe de referência, prestando o atendimento em territórios extensos. A resolução Nº 6, de 31 de agosto de 2011, apresenta em seu Art. 12 a garantia do repasse mensal de quatro mil e quinhentos reais a cada CRAS para a realização das ações e serviços da Equipe Volante (Brasil, 2011b). A partir disso, essas equipes encarregam-se pela busca ativa, articulação

do trabalho em rede, desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e outros serviços e ações da Proteção Social Básica (Brasil, 2019). Já o CRAS Itinerante condiz com a proposta do deslocamento da equipe de referência para atender os territórios onde não existem as unidades, mas há casos de vulnerabilização e necessidade de promover a Proteção Social Básica (Florentino; Florentino, 2016).

A partir do exposto, este trabalho teve por objetivo revisar a produção acadêmica acerca da atuação das trabalhadoras no CRAS Rural, identificando os alcances e os desafios vivenciados. Refletir sobre a temática pode contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de Assistência Social, e, conseqüentemente, a garantia de direitos cidadãos e combate à desigualdade social. Segundo Oliveira e Rosa (2022, p.32), “é crucial para o desenvolvimento da política a discussão do território, pois é somente com essa compreensão que poderá ser desenvolvidas ações públicas destinadas a atender a demanda específica de cada particularidade territorial”. Também, vale reforçar a relevância acadêmica em debater esta temática, visto a escassa existência de discussões sobre as ruralidades nos cursos de graduação (Reis; Cabreira, 2013).

Método:

Este estudo de caráter qualitativo consiste numa revisão sistemática⁴ da produção científica sobre a atuação profissional no CRAS Rural. Realizou-se uma busca nas bases de dados: Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC); *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO-Brasil); e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando quatro descritores: CRAS Rural; CRAS Itinerante; Equipe Volante; e Assistência Social *and* rural. O operador booleano “*and*” foi adicionado para uma busca mais específica ao tema.

Após a consulta nas bases de dados, realizou-se o julgamento dos títulos e resumos, tendo como critérios de inclusão: (1) Destacar os desafios e/ou os alcances vivenciados pelas trabalhadoras⁵ do CRAS RURAL; (2) artigos escritos na língua portuguesa, publicados nos últimos dez anos e disponibilizados gratuitamente. Por critérios de

⁴ A Revisão Sistemática da literatura é uma ferramenta de investigação estruturada, que conta com etapas e busca reduzir os vieses sobre a temática estudada (Brizola; Fantin, 2016).

⁵ Considerando que a maior parte do corpo de trabalho da Assistência Social é composta por mulheres (Brasil, 2018), este trabalho adota a escrita gendrada, pois como alerta Carmona, Souza e Santos (2019, p. 70) “apresentar o cenário da Assistência Social, evidenciando as questões de gênero, é importante para o avanço das ações e para a desnaturalização das desigualdades”. Nesse sentido, a terminalidade no gênero feminino é aderida enquanto compromisso ético e político, reforçando a necessidade em nomear quem está sendo referida.

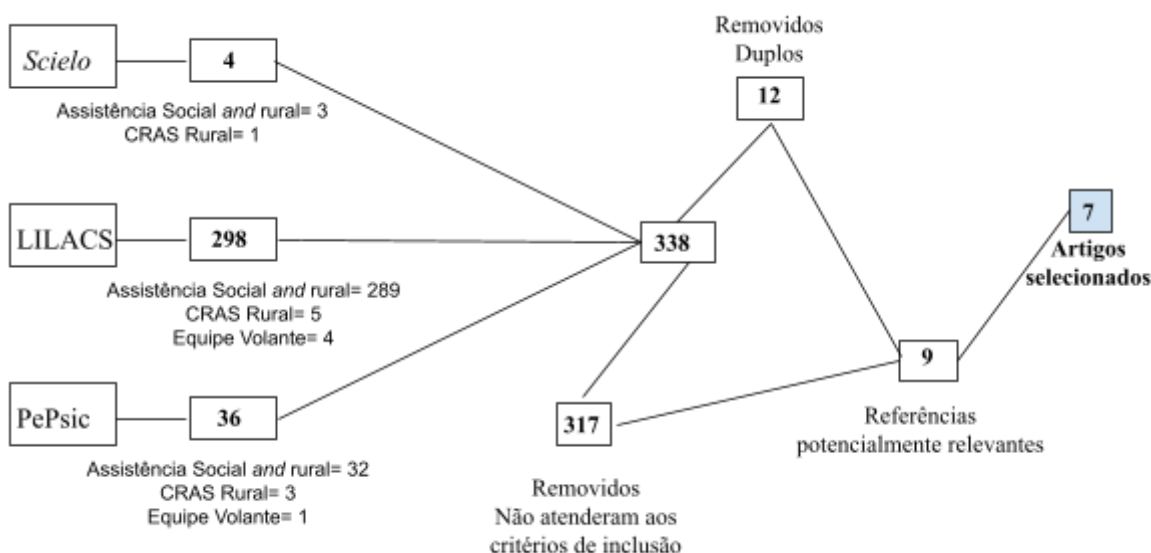
exclusão: (1) Artigos que não abordassem sobre o CRAS Rural e a realidade das equipes de trabalho da Assistência Social nas ruralidades brasileiras.

Após a identificação dos artigos, organizou-se uma planilha com as seguintes informações: descritor utilizado, base de dados, referência bibliográfica, título, gênero da primeira autoria, ano de publicação, região, revista, assunto principal, metodologia, objetivo, participantes da pesquisa, referencial teórico, resultados e observações sobre a leitura.

Resultados e discussão

A partir da busca foram identificados 338 artigos, localizados nas três bases de dados: LILACS (n=298); *Scielo* (n=4); PePsic (n=36), dos quais 12 estavam sobrepostos e 317 foram descartados com base nos critérios de inclusão e exclusão, totalizando uma amostra de nove referências potencialmente relevantes. Após julgamento dos títulos e resumos foram selecionadas para leitura na íntegra, e ao final permaneceram sete referências para a análise, pois duas referências não abarcavam de maneira detalhada as implicações práticas no cotidiano das trabalhadoras (Figura 1).

Figura 1- Busca por artigos científicos



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Os sete artigos foram publicados entre os anos de 2013 e 2022, cinco deles foram produzidos no Nordeste brasileiro e dois no Sul, tem metodologia qualitativa e o gênero feminino se destaca entre as autorias principais. Em relação ao qualis das revistas, dois são de qualis A1; três de qualis A2; um de qualis A3; e um de qualis A4. Seis dos artigos

foram publicados em revistas da área da Psicologia e um da de Serviço Social, o que evidencia uma carência da área da assistência social investigando as implicações das suas práticas.

A presença das publicações na região Nordeste representa um bom índice, visto os impactos que as produções científicas podem implicar na sociedade e nas políticas públicas. Buainain e Garcia (2013) afirmam que no Nordeste brasileiro está concentrada a maior taxa de pobreza rural, o SUAS, enquanto Sistema deve promover acolhimento e fortalecimento das populações vulnerabilizadas. Dessa forma, quando essa realidade é abordada, maior é a chance de ser discutida e modificada.

Quanto às autorias principais, representam um avanço da equidade de gênero na ciência, visto que estudos apontam uma preponderância de homens ocupando o papel de autor principal nas publicações acadêmicas e uma sub-representação do gênero feminino. Fato que escancara um sexismo científico, já que se trata de uma posição de poder (Barros; Mourão, 2020; Carmona; Oliveira-Ciabati, 2021).

Para o descritor CRAS Itinerante não foram localizados artigos. Objetivando uma melhor investigação verificou-se o cadastramento do descritor nas bases de dados, quando se identificou que não havia cadastro correspondente. Para “Equipe Volante” a pesquisa resultou em trabalhos referentes à área da saúde, sem abarcar a Assistência Social, por esse motivo foram descartados. Dados que representam uma problemática, visto que as equipes volantes na Assistências Social existem há mais de dez anos, seria ideal uma maior produção científica.

Nas três bases de dados utilizadas foram encontrados artigos com os descritores CRAS Rural e Assistência Social *and* rural. Categorias analíticas foram definidas *à priori* (Quadro 1), a fim de propor uma organização mais didática. Desta forma, os desafios serão apresentados a partir de: invisibilidade do rural; precarização do trabalho; vulnerabilização das usuárias⁶; e efetivação do trabalho intersetorial. Os alcances: estratégias adotadas; e marcos regulatórios e documentos.

Quadro 1- Ilustra os títulos das obras, os nomes das(os) autoras(es), ano de publicação e categorias identificadas nos artigos científicos selecionados

⁶ Brambilla (2019) apresenta que no eixo sociofamiliar do SUAS, há uma preponderância de mulheres negras e mães solteiras, o que justifica a adoção da escrita gendrada neste estudo, enquanto posicionamento político, visando dar visibilidade a esta discussão.

<i>Artigo</i>	<i>Autoria</i>	<i>Ano de publicação</i>	<i>Categorias</i>
Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise	Cirilo Neto, Mauricio; Dimenstein, Magda.	2017	<i>Invisibilidade do rural; Precarização do trabalho; Vulnerabilização das usuárias; Efetivação do trabalho intersetorial; Estratégias adotadas.</i>
Desafios para o cuidado em saúde mental em contextos rurais	Cirilo Neto, Mauricio; Dimenstein, Magda.	2021	<i>Invisibilidade do rural; Efetivação do trabalho intersetorial; Marcos regulatórios e documentos.</i>
Ações das equipes volantes de CRAS no interior do Rio Grande do Norte	Nascimento, Marília Noronha Costa do; Oliveira, Isabel Fernandes de.	2018	<i>Invisibilidade do rural; Precarização do trabalho; Vulnerabilização das usuárias; Efetivação do trabalho intersetorial; Estratégias adotadas.</i>
Sementes lançadas em terras distantes: a garantia do direito à Assistência Social para a população rural	Nunes, Cíntia Florence; Scherer, Giovane Antonio.	2020	<i>Invisibilidade do rural; Precarização do trabalho; Vulnerabilização das usuárias; Marcos regulatórios e documentos.</i>
O lugar do rural na conferência estadual de Assistência Social do RN	Oliveira, Kamilla Sthefany Andrade de; <i>et al.</i>	2017	<i>Precarização do trabalho; Efetivação do trabalho intersetorial.</i>
As Políticas Públicas e o Campo: e o Psicólogo com Isso?	Reis, Rosana Gomes Reis; Cabreira, Lucimaira.	2013	<i>Invisibilidade do rural; Precarização do trabalho; Vulnerabilização das usuárias; Estratégias adotadas.</i>
Inserção e trabalho de psicólogas/os em contextos rurais: Interpelações à psicologia	Silva, Kátia de Brito e; Macedo, João Paulo.	2017	<i>Invisibilidade do rural; Precarização do trabalho; Efetivação do trabalho intersetorial; Estratégias adotadas.</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Desafios

Invisibilidade do rural

Considerar as construções históricas e culturais deve ser uma tarefa indispensável para pensar e compreender os fenômenos (Bock, 2015). A invisibilidade do rural, por sua vez, foi e é basilar para a construção da sociedade brasileira. Uma vez que a economia de base agrária privilegiou alguns grupos e explorou outros, em conformidade com as expressões da questão social⁷ existente e indissociável ao sistema capitalista (Santos, 2017).

Nessa direção, Nunes e Scherer (2020) ampliam a discussão para (in)visibilidade do rural, trazendo à tona a dualidade existente, visto que as classes dominantes do meio rural sempre foram vistas e favorecidas, em contraponto à classe trabalhadora, que por muito tempo foi desassistida.

Mesmo com o passar dos anos, a naturalização dessa invisibilidade se mantém e repercute na prática das trabalhadoras do SUAS. Nos artigos analisados, a ação descontextualizada aparece frequentemente (Cirilo Neto; Dimenstein, 2017; Silva; Macedo, 2017). A prática é pensada a partir de um olhar urbano, sem considerar as múltiplas especificidades das ruralidades, o que resulta numa oferta insuficiente de serviços e com pouca adesão das comunidades. Esse fato é totalmente contrário ao que é preconizado na Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), que traz em seu art. 5º, a territorialização enquanto uma diretriz estruturante da gestão do SUAS (Brasil, 2012). Para pensar a territorialização é preciso ampliar a noção de território, como defendido por Nascimento e Melazzo:

O conceito de território ultrapassa os limites da Geografia, mas nela deve se apoiar para construir uma perspectiva analítica e de intervenção que o tome como um campo de forças e relações sociais que se organizam em um espaço de vida com dinâmicos movimentos, em múltiplas escalas (p.66, 2013).

Contudo, não é adequado fazer análises isoladas, já que esse fenômeno deve ser compreendido como algo estrutural. Assim, é importante salientar que a invisibilidade do rural não acontece como um acaso, longe da neutralidade, ela serve para o privilegiamento de alguns grupos em detrimentos de outros. Diversas autoras chamam a atenção para um exemplo disso nos cursos de graduação, em que, majoritariamente não há discussão acerca das necessidades e reivindicações das ruralidades, muito menos sobre a inserção profissional nestas áreas (Nunes; Scherer, 2020; Reis; Cabreira, 2013; Silva; Macedo, 2017).

⁷ A questão social remete à condição antagônica entre o acúmulo de riquezas e de desigualdades entre as classes da sociedade capitalista. Suas expressões na sociedade ocorrem em variadas formas, por exemplo: fome, desemprego e pobreza (Nascimento, 2022). A Assistência Social tem a tarefa de diminuir as desigualdades sociais, de tal maneira, deve manter o conceito na centralidade das discussões e as expressões da questão social enquanto objeto de intervenção do trabalho (Cisne; Soares, 2022).

Leite *et al* (2013) discorrem que nos cursos de graduação em psicologia, o urbano sempre ocupou o protagonismo. Os olhares, as práticas, as intervenções e pesquisas sempre se destinaram a compreender os processos e fenômenos das cidades. Não obstante, Bock (2003) faz uma investigação acerca de como a psicologia sempre direcionou o seu compromisso social aos interesses da elite brasileira, contribuindo para a marginalização de grupos explorados.

Esse despreparo formativo baseado na invisibilidade do rural resulta em profissionais despreparadas e acríticas, inclusive, nos cargos de gestão (Nunes; Scherer, 2020). Assim, têm-se profissionais e a gestão pensando ações a partir de uma visão descontextualizada. Sem considerar que abordar as realidades das ruralidades perpassa a educação, saúde, qualidade de vida, emprego, geração de renda, raça, gênero, dentre outros aspectos, não somente da agricultura.

Uma estratégia para superar essa carência e construir um olhar mais crítico deveria acontecer via as ações de Educação Permanente, uma política do SUAS que almeja a qualificação das trabalhadoras a fim de melhor atender às necessidades do território (Brasil, 2007). Entretanto, na prática, a Educação Permanente raramente responde às especificidades vivenciadas pelas equipes de trabalho que atendem as ruralidades (Silva; Macêdo, 2017).

Ademais, profissionais que participaram da pesquisa realizada por Nascimento e Oliveira (2018), afirmam que os limites das discussões no curso de graduação não explicam, por si só, a prática descontextualizadas no meio rural, mas que há muita influência da própria organização da Assistência Social, que em uma sociedade marcada pela produção e consumo, não almeja a supressão da pobreza, já que ela tem uma função na sociedade. Assim, é urgente que cada vez mais a própria política repense a sua concretização, as necessidades das trabalhadoras e as especificidades de cada território.

Precarização do trabalho

As condições de trabalho são indispensáveis para pensar na qualidade do serviço oferecido e na saúde da trabalhadora (Cardoso; Morgado, 2019). A maioria dos vínculos empregatícios do SUAS são temporários, o que ecoa numa rotatividade e no medo de retaliações, já que as trabalhadoras podem ficar à mercê das influências políticas locais (Cirilo Neto; Dimenstein, 2017).

Uma das características das zonas rurais é a extensão territorial, que implica numa complexa demanda de locomoção e sobrecarga de trabalho, sobretudo, considerando que algumas equipes funcionam com os recursos humanos mínimos ou equipe incompleta (Nascimento; Oliveira, 2018). A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH), define que a equipe de referência da Proteção Social Básica deve variar de acordo com a quantidade de famílias referenciadas no CRAS. A equipe mínima deve ser composta por duas técnicas de nível superior, obrigatoriamente uma assistente social e preferencialmente uma psicóloga e duas técnicas de nível médio (Brasil, 2007).

Nos artigos também são destacadas as escassez de recursos, materiais e infraestrutura: algumas profissionais não conseguem acessar as residências das famílias, visto a indisponibilidade de transportes para a locomoção no território; não há espaço comum para incentivo à convivência comunitária; a maioria dos equipamentos socioassistenciais está localizada na zona urbana (Cirilo Neto; Dimenstein, 2017; Nascimento; Oliveira, 2018; Nunes; Scherer, 2020; Silva; Macedo, 2017; Oliveira *et al.*, 2017; Reis; Cabreira, 2013). A soma desses fatores constitui o que é conceituado por precarização do trabalho.

A precarização do trabalho nesta política pode ser analisada pela ótica da constituição histórica, visto que por muito tempo a Assistência Social foi vista como um não trabalho. Por outro lado, segue o modo de organização do trabalho neoliberal, baseado na exploração da trabalhadora, no desemprego e subemprego e uso exacerbado de tecnologias informacionais e de gestão (Pereira; Tassigny; Bizarria, 2017).

Vulnerabilização das usuárias

Nascimento e Oliveira (p.127, 2018) alegam que “o trabalho na Assistência demanda o combate diário à pobreza, mas também a todas as outras sequelas que dela derivam”. A realidade que muitas vezes chega às trabalhadoras do CRAS é marcada pela violência, fome, exploração, desemprego, etc., conjunto de condições que causam sofrimento e caracterizam a violação de direitos. Para Reis e Cabreira “[...] os serviços e os programas organizados pelo SUAS são de extrema necessidade, uma vez que vivemos em um país com tantas desigualdades sociais” (p.63, 2013).

É regularizado que a violação de direitos deve ser acolhida pela Proteção Social Especial (Brasil, 2009). Todavia, nesses territórios o CRAS aparece como a única possibilidade de acolhimento e intervenção. Mas há limites, já que o equipamento é constituído para lidar com a prevenção dessas situações, o que resulta na complexidade de

pensar ações conjuntas de Proteção Social Básica e Especial e revela uma fragilização na rede socioassistencial (Nascimento; Oliveira, 2018).

Ademais há um disparador em relação à burocratização existente para o acesso aos serviços públicos. A problemática estende-se entre protocolos demorados e até a dificuldade de locomoção para as usuárias, já que alguns serviços só podem ser acessados na zona urbana, o que demanda um deslocamento e certamente um custo, que nem sempre as usuárias têm a possibilidade de arcar (Oliveira *et al.*, 2017).

Efetivação do trabalho intersetorial

A LOAS traz em seu Art. 2º, parágrafo único, que a integração entre a Assistência Social às políticas setoriais deve ocorrer para o combate à pobreza e a garantia dos direitos sociais (Brasil, 1993). A intersetorialidade diz respeito à divisão de responsabilidades e articulação de conhecimentos e recursos entre dois ou mais setores (Andrade; Berwig, 2023).

O trabalho intersetorial tem potencialidade para a oferta de um cuidado integral, a partir dos diálogos, identificação de necessidades e intervenção mais próxima da realidade comum (Pontes; Rigotto, 2014). Mas não há como desconsiderar os desafios para a sua concretização ou crer que é a solução para todos os problemas das políticas públicas. A burocratização estatal pode ser uma barreira à intersetorialidade, a partir das demandas de mudanças no modo de funcionamento e organização dos setores. Também, a ocorrência de práticas com finalidade assistencialistas (Carmo; Guizardi, 2017).

Cirilo Neto e Dimenstein (2017) ao investigar esse fator entre as trabalhadoras do CRAS Rural e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), constatam a fragmentação entre os setores, o mesmo ocorre nas produções de Reis e Cabreira (2013) e Silva e Macedo (2017). O que constitui uma iniquidade, visto que o trabalho psicossocial tem maior potencial quando feito em rede e norteado pela visão dos determinantes sociais de saúde. Considerando o conceito ampliado de saúde, que não se reduz às questões de ordens patológicas, os determinantes sociais de saúde concebem uma associação de fatores: sociais, econômicos, étnicos, psicológicos e ambientais, para compreender a condição de saúde e o nível de vulnerabilização das populações (Felicio, 2021). Para tanto, é primordial que os setores governamentais e não-governamentais atuem conjuntamente, incluindo a comunidade demandante dos serviços.

No mais, há de considerar a precarização do trabalho enquanto um dificultador para a articulação intersetorial, visto a falta de recursos e a alta demanda de serviços. Tendo isso em vista, não é cabível defender que a articulação resolveria todos os problemas, ao passo em que não se pode minimizar sua contribuição para efetivação da política. Por isso, um caminho pode ser trilhado ao pensar em práticas de Educação Permanente, no fortalecimento dessas políticas e na melhoria das condições de trabalho.

Alcances

Busca por novas estratégias

Os alcances são poucos destacados nas referências analisadas. Mas foi possível identificar estratégias (ainda que informais) possibilitadoras da oferta de serviços às ruralidades. Uma delas é a parceria com escolas, unidades de saúde e lideranças populares, com a finalidade de realizar ações territoriais, através do empréstimo de espaços e/ou aproximação da comunidade, que não caracteriza um trabalho intersetorial, conforme a ausência de formalidade ou continuidade (Nascimento; Oliveira, 2018).

A visita domiciliar e a busca ativa aparecem como práticas reconhecidas e realizadas pelas trabalhadoras (Cirilo Neto; Dimenstein, 2017; Silva; Macedo, 2017). A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais elenca a busca ativa enquanto um trabalho social essencial ao serviço, incluindo os da Proteção Social Básica: SCFV e o PAIF (Brasil, 2009). Em relação a efetivação dos serviços, dois textos destacam a oferta do SCFV, através do trabalho com grupos de idosos, mulheres e de famílias (Reis; Cabreira, 2013; Silva; Macedo, 2017).

No estudo de Nascimento e Oliveira (2018), as trabalhadoras entrevistadas demonstram preocupação com as especificidades da comunidade em que trabalham, compartilhando informações de forma acessível e respeitando os costumes diários dos moradores, incluindo a organização da rotina.

Marcos regulatórios e documentos

Como abordado no decorrer do trabalho, a Assistência Social no Brasil e a proteção social destinada às ruralidades nem sempre ocuparam as agendas de prioridades do setor público. Mas o reconhecimento das conquistas é uma tarefa a ser feita. Embora recente, a regulamentação da Equipe Volante constitui um marco para a garantia dos direitos das ruralidades (Nunes; Scherer, 2020; Reis; Cabreira, 2013).

Conselhos de categorias profissionais vêm debatendo premissas e especificidades para ofertar um melhor atendimento a essas populações (Nascimento; Oliveira, 2018), como é o caso do Conselho Federal de Psicologia, que lançou Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) com Povos Tradicionais e as Referências Técnicas para Atuação das (os) Psicólogas (os) em Questões Relativas a Terra (Conselho Federal de Psicologia, 2013; 2019).

Em relação ao debate das ruralidades no meio acadêmico, Cirilo Neto e Dimenstein (2021) chamam a atenção para fatores e programas que vem aproximando essa discussão da formação: Programa de Educação pelo Trabalho (PET-Saúde), a Residência Multiprofissional em Saúde do Campo, as políticas de interiorização do ensino superior no Brasil, que têm a possibilidade de abarcar profissionais inseridos nestes contextos, e o curso de formação a distância voltado para a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, disponível na Rede da Universidade Aberta do SUS.

Todavia, os fatos não devem provocar conformidade, já que ofertar e legislar os serviços não é o bastante, é preciso que sejam materializados com qualidade e acesso para todos que deles necessitar (Brasil, 2013).

Considerações Finais

A partir deste estudo é possível concluir que as ruralidades são marcadas por um processo histórico de invisibilidade, que culmina na vulnerabilização e violação de direitos. A recente inserção desse debate nas políticas públicas deve ser considerada como um bom apontador, mas a efetivação prática da proteção social há de ser urgente. Também, o reconhecimento das conquistas e lutas protagonizadas por essas populações deve ser promovido (Brasil, 2013).

As trabalhadoras da Assistência Social estão convivendo com condições precárias de trabalho, processo que impacta diretamente na saúde das profissionais e na qualidade do trabalho oferecido, contribuindo ainda mais para a permanência da desigualdade social tão presente no país. É preciso que essa questão seja enfrentada. Também, quanto à prática desterritorializada, cursos de Educação Permanente podem incitar a reflexão crítica sobre a invisibilidade do rural.

Destaca-se que esta pesquisa não tem por objetivo esgotar a discussão sobre a temática. Novos estudos podem investigar a compreensão das usuárias sobre as ações da Equipe

Volante, compreendendo-as enquanto participantes e construtoras da política. Além disso, a situação da Proteção Social Especial às ruralidades constitui um bom objeto de pesquisa, intencionando contribuir para melhorias na rede socioassistencial.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Renice Madelaine de; BERWIG, Solange Emilene. SUS E SUAS princípios da intersetorialidade do cuidado. **Brazilian Journal of Research in Applied Social Sciences São Borja/RS/Brasil**, v. 2, n. 01, p. 07, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/BJRASS/article/view/115908>. Acesso em 24 de set.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Trajetória profissional de mulheres cientistas à luz dos estereótipos de gênero. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.46325>.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *In*: BOCK, Ana Mercês Bahia.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, pp.21-46, 2015.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. *In*: BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, v. 2, pp. 15-28, 2003.

BRAMBILLA, Beatriz Borges. **Um nó escamoteado**: a dimensão subjetiva da desigualdade social e seus desdobramentos na Política de Assistência Social. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p.156, 2019. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/22723>. Acesso em 28 de set.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm. Acesso em 22 de jul.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS**. Brasília-DF, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 22 de jul.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**: NOB-RH/SUAS. Brasília-DF, 2007. Disponível

em:

<https://www.social.go.gov.br/files/arquivos-migrados/54ea65997b6c44c14aa59c27bc4946a1.pdf>. Acesso em 22 de Jul.

_____. Resolução N° 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Aprova Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília-DF, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em 08 de set.

_____. Decreto n° 7492, de 2 de junho de 2011. **Plano Brasil sem Miséria**. Institui o Plano Brasil sem Miséria. Brasília-DF, 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm. Acesso em 22 de Ago.

_____. Resolução N° 6, de 31 de agosto de 2011. **Comissão Intergestores Tripartite**. Pactua critérios e procedimentos das expansões 2011 do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF e de Serviços de Proteção Social Básica e Ações executados por Equipes Volantes, no âmbito do Distrito Federal e Municípios. Brasília- DF, 2011b. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-6-de-31-de-agosto-de-2011/#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20O%20objetivo%20da,%C3%A1reas%20rurais%20e%20dif%C3%ADcil%20acesso>. Acesso em 21 de jul.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS: NOB/SUAS**. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em 22 Jul. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações acerca dos Conselhos e do controle social da Política Pública de Assistência Social**. Cartilha I, Brasília-DF, 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/SUAS_Orientacoes_conselhos_controlesocial.pdf. Acesso em 08 out. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Mulheres no SUAS**. Boletim da vigilância socioassistencial, 5ed, Brasília-DF, 2018. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-5-CGPVIS.pdf>. Acesso em 28 de set.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Equipe Volante**. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/equipe-volantewww.gov.br>. Acesso em 22 ago. 2023.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.30681/relva.v3i2.1738>.

BUAINAIN, Antonio Marcio; GARCIA, Junior Ruiz. Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas. **Revista franco-brasileira de geografia**, n. 19, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.8633>.

CARDOSO, Ana Cláudia; MORGADO, Luciana. Trabalho e saúde do trabalhador no contexto atual: ensinamentos da Enquete Europeia sobre Condições de Trabalho. **Saúde e sociedade**, v. 28, p. 169-181, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170507>.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. Desafios da intersectorialidade nas Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social: uma revisão do estado da arte. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1265-1286, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312017000400021>.

CARMONA, Daniele Rodrigues Souza; SOUZA, Gislaine Alves; SANTOS, Fernanda de Oliveira. Transversalidade de gênero e mulheres na política de Assistência Social: uma análise documental. **Revista Sociais e Humanas**, v. 32, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/2317175834700>.

CIRILO NETO, Maurício; DIMENSTEIN, Magda. Saúde mental em contextos rurais: o trabalho psicossocial em análise. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 461-474, 2017. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2017.4-09Pt>.

CIRILO NETO, Mauricio; DIMENSTEIN, Magda. Desafios para o cuidado em saúde mental em contextos rurais. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 1-26, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e15627>.

CISNE, Mirla; SOARES, Camila Mesquita. Questão social no Brasil contemporâneo: contribuições do feminismo marxista e antirracista ao serviço social. **Libertas**, v. 22, n. 2, p. 334-358, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2022.v22.39503>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas sobre questões relativas à terra**. Brasília/DF, 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CFP_Relatorio_QuestoesTerraweb-14.05.2019.pdf. Acesso em 28 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) com Povos Tradicionais**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/CFP_PovosTradicionais_web.pdf. Acesso em 28 set. 2023.

CORDEIRO, Mariana Prioli. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma (breve) introdução. In: CORDEIRO, Mariana Prioli; SVARTMAN, Bernardo; SOUZA, Laura Vilela e (Orgs). **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de psicologia, pp. 63-80, 2018.

CORREIA, Francielli Lima; GONÇALVES, Douglas Cerqueira. Questão social rural e Assistência Social: Desafios vivenciados pela equipe técnica do cras “Jaguaré”. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 12, n. 2, pp. 117-129, 2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi>

movimentos sociais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 39, p. 161-174, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0303-7657000077113>.

OLIVEIRA, da S. Breno; ROSA, Carolina S. da. Atuação do serviço social nas equipes volantes da política de assistência social. **VERUM: Revista de Iniciação Científica**, v. 2, n. 2, pp. 31-39, 2022. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeiniciacaocientifica/article/view/368>. Acesso em 22 jul. 2023.

OLIVEIRA, Kamilla Sthefany Andrade *et al.* O lugar do rural e da ruralidade na conferência estadual de Assistência Social do RN. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 3, p. 920-938, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n3p920-938>.

OLIVEIRA-CIABATI, Livia *et al.* Sexismo científico: o viés de gênero na produção científica da Universidade de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 46, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000300025>.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN**. Relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Rede PENSSAN; 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em 07 out. 2023.

REIS, Rosana Gomes; CABREIRA, Lucimaira. As políticas públicas e o campo: e o Psicólogo com isso?. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, p. 54-65, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/8zpkB98rTkHCsRxKy7JwKNR/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21 jul. 2023.

ROLIM, Dayana Cury. Demandas dos povos da floresta e a oferta da Política de Assistência Social no contexto amazônico brasileiro. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 20, n. 1, p. e37160-e37160, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.37160>.

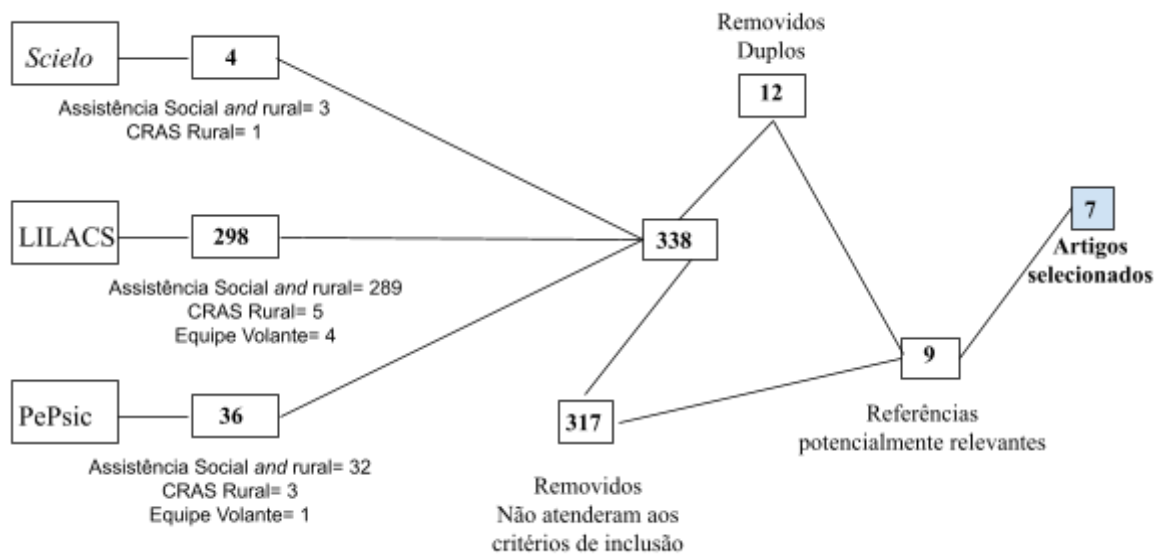
SANTOS, Josiane Soares. **"Questão social"**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, p.381, 2017.

SILVA, Kátya de Brito; MACEDO, João Paulo. Inserção e trabalho de psicólogas/os em contextos rurais: interpelações à psicologia. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 146-154, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/11886/30938>. Acesso em 21 jul. 2023.

Apêndices

APÊNDICE A

Figura 1- Busca por artigos científicos



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

APÊNDICE B

Quadro 1- Ilustra os títulos das obras, os nomes das(os) autoras(es), ano de publicação e categorias identificadas nos artigos científicos selecionados

<i>Artigo</i>	<i>Autoria</i>	<i>Ano de publicação</i>	<i>Categorias</i>
Desafios para o cuidado em saúde mental em contextos rurais	Cirilo Neto, Mauricio; Dimenstein, Magda.	2021	<i>Invisibilidade do rural;</i> <i>Efetivação do trabalho intersetorial;</i> <i>Marcos regulatórios e documentos.</i>
Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise	Cirilo Neto, Mauricio Neto; Dimenstein, Magda.	2017	<i>Invisibilidade do rural;</i> <i>Precarização do trabalho;</i> <i>Vulnerabilização das usuárias;</i> <i>Efetivação do trabalho intersetorial;</i> <i>Estratégias adotadas.</i>
Ações das equipes volantes de CRAS no interior do Rio Grande do Norte	Nascimento, Marília Noronha Costa do; Oliveira, Isabel Fernandes de.	2018	<i>Invisibilidade do rural</i> <i>Precarização do trabalho</i> <i>Vulnerabilização das usuárias</i> <i>Efetivação do trabalho intersetorial;</i> <i>Estratégias adotadas.</i>
Sementes lançadas em terras distantes: a garantia do direito à Assistência Social para a população rural	Nunes, Cíntia Florence; Scherer, Giovane Antonio.	2020	<i>Invisibilidade do rural;</i> <i>Precarização do trabalho;</i> <i>Vulnerabilização das usuárias;</i> <i>Marcos regulatórios e documentos.</i>
O lugar do rural na conferência estadual de Assistência Social do RN	Oliveira, Kamilla Sthefany Andrade de; <i>et al.</i>	2017	<i>Precarização do trabalho;</i> <i>Efetivação do trabalho intersetorial.</i>
As Políticas Públicas e o Campo: e o Psicólogo com Isso?	Reis, Rosana Gomes Reis; Cabreira, Lucimaira.	2013	<i>Invisibilidade do rural;</i> <i>Precarização do trabalho;</i> <i>Vulnerabilização das usuárias;</i> <i>Estratégias adotadas.</i>
Inserção e trabalho de psicólogas/os em contextos rurais: Interpelações à psicologia	Silva, Kátya de Brito e; Macedo, João Paulo.	2017	<i>Invisibilidade do rural;</i> <i>Precarização do trabalho;</i> <i>Efetivação do trabalho intersetorial;</i> <i>Estratégias adotadas.</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

